

CONVERSANDO COM SANDRA. SOBRE CIDADE E PATRIMÔNIO.

TALKING WITH SANDRA. ON CITY AND CULTURAL HERITAGE.

Fábio Vergara Cerqueira¹

(..) importa também atingir as temporalidades
subjetivas que este espaço urbano contém,
dado pelas experiências do vivido,
pelos sentidos conferidos a este espaço (...).
Trata-se antes, pois, de tentar atingir,
ou mesmo resgatar a capacidade
evocativa e de significação
que cada fragmento do passado possa oferecer
à recriação imaginária de uma cidade.
Ou ainda, o quanto de memória,
história e sentido ele possa invocar.

Sandra Pesavento, Cidade, espaço e tempo..., 2005, p. 13.

RESUMO

O presente texto, marcado por uma escrita heterodoxa, apresenta, em dois tempos, uma conversa imaginária entre o autor e a historiadora Sandra Jatahy Pesavento. O primeiro tempo dessa conversa se dá em 2009, poucos meses após seu falecimento. O autor homenageia sua professora, na apresentação de um dossiê temático sobre “Cidade e Patrimônio”, em uma publicação voltada à educação patrimonial promovida pelo então Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Realiza um diálogo entre o texto “Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano” e os textos publicados por cinco discentes deste PPG, correspondentes a suas pesquisas de mestrado sobre Pelotas e Bagé. Na oportunidade de republicar a conversa com a Sandra, uma década depois, ocorre o segundo tempo desta conversa. O autor responde a perguntas imaginárias da Sandra sobre os desdobramentos das iniciativas patrimoniais que estavam em curso na última visita da historiadora à cidade, em 2007. Esta conversa se encerra ao concluir que a sua contribuição ao estudos patrimoniais em Pelotas merece ser reconhecida como parte do seu legado. Sempre foi entusiasta apoiadora destes estudos, que em muitos casos trouxeram benefício ao desenvolvimento da cidade e da região.

Palavras-chave – Sandra Jatahy Pesavento; historiografia; patrimônio cultural; cidade; Pelotas

¹ Pesquisador conta com o suporte do CNPq, CAPES, Fundação Humboldt, Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ, no âmbito do Programa Institucional de Pós-Doutorado da UFRJ e PRPPGI/UFPeL.

ABSTRACT

This text, marked by a heterodox writing, presents, in two stages, an imaginary conversation between the author and the historian Sandra Jatahy Pesavento. The first part of this conversation takes place in 2009, a few months after her death. The author pays homage to his former professor, in the presentation of a thematic dossier on “City and Cultural Heritage”, in a publication focused on heritage education promoted by the Masters in Social Memory and Cultural Heritage. He conducts a dialogue between her paper “City, Space and Time: Reflections on Memory and Urban Heritage” (2005) and the texts published by five students of this Graduate Studies Course, corresponding to their master’s research about the towns Pelotas and Bagé. Thanks to the opportunity to republish this conversation with Sandra, a decade later, the second part of this conversation occurs. The author answers Sandra’s imaginary questions about the development of the heritage initiatives that were underway at the historian’s last visit to the city, in 2007. This conversation ends when the author concludes that her contribution to the heritage studies in Pelotas deserves to be recognized as part of her legacy. She has always been an enthusiastic supporter of these studies, which in many cases brought benefits to the development of the city and the region.

Keywords - Sandra Jatahy Pesavento; historiography; cultural heritage; city; Pelotas

Palavras iniciais, passada uma década

Sandra Pesavento foi minha professora sem que eu tenha propriamente sido aluno dela, pois o meu período de graduação coincidiu em parte com seu doutoramento. Quase formado, assisti a algumas aulas, “de penetra”. Graduado, segui meu caminho e logo iniciei minha carreira docente na UFPel, em 1991. Mas sempre aprendi com a Sandra e, mesmo que tenham sido poucos dias de “aluno penetra”, permaneceu a relação. Desde os tempos de graduação, época em que uma vulgata de marxismo mecanicista era imposta tacitamente aos estudantes de história como a postura correta a ser seguida, Sandra representava um oxigênio, a renovação com a qual eu me identificava. Assim, a afinidade intelectual nos aproximava, mesmo que estivesse eu construindo meu caminho na História antiga e Arqueologia clássica, e ela, na História cultural.

No final dos 90, eu e outros colegas do Departamento de História da UFPel, pouco a pouco, iniciamos uma guinada para os estudos patrimoniais e de memória. A partir do início dos anos 2000, na medida em que na UFPel iniciávamos a investir nesta área, encontramos na Sandra sempre uma grande incentivadora. Pudemos contar com a sua parceria na Graduação em História, na Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material, criada em 2002, e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP/UFPel, iniciado em 2007, sendo ela a responsável pela primeira Aula Inaugural deste curso. Lembro, no jantar após esta aula, das suas palavras, pronunciando de modo convicto, em alto

e bom tom, que Pelotas era a cidade certa para a criação de um tal programa, pois ali se respirava patrimônio. Ela via uma singularidade, na forma como a cidade estava impregnada pelas temáticas do patrimônio e da memória, singularidade que justificava a vocação local para sediar este curso.

No final de 2008, a CAPES publica edital para projetos em associação entre programas. Nosso curso decidiu convidar a professora Sandra para participar desse projeto, como uma das coordenadores, por meio do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PRO-PUR/UFRGS. Coube a mim, único aluno seu no grupo, fazer o contato. Para acertar os detalhes, fui ao apartamento da Venâncio Aires. Após trabalharmos por algum tempo, fez-se noite, noite quente, mas agradável. Encerramos nosso encontro com uma pizza no Guion em companhia do Roberto. Poucos meses depois, no final de março de 2009, a querida professora e colega partiu. Foi a última vez que estive com a Sandra. Assim, minha memória final com a Sandra é esta, é festa, é alegria: uma conversa divertida, inteligente, regada a críticas sarcásticas aqui e ali, cheia de ironias nem sempre tão finas e de mil planos, conversa típica de quem amava com igual intensidade a boa pesquisa histórica e as boas amizades e prazeres da vida, mas que estava sempre de prontidão para as lutas que valiam a pena serem lutadas, pronta para uma boa briga.

Voltando ao final de 2008, foi quando publicamos, com razoável atraso, o segundo número do volume de 2005 dos *Cadernos do Lepaarq*, com o artigo intitulado “Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano”. Esse artigo foi uma adaptação da Aula Inaugural do Curso de História da UFPEL, que ela ministrou em 2004. Acredito que se trate de um dos últimos textos de Sandra Pesavento que vieram a público em vida (apesar da data oficial da publicação contar como 2005).

No ano de 2009, no PPGMP/UFPEL, alguns meses após o falecimento da Sandra, realizou-se a segunda edição do projeto Educação Patrimonial em Perspectiva Multidisciplinar, que foi aplicado nas cidades de Bagé, Jaguarão e Rio Grande, à época recém inseridas no programa federal que então se gestava, o PAC - Cidades Históricas. Consistia na apresentação de palestras relacionadas a assuntos variados sobre patrimônio e memória, por parte de alunos e professores do nosso programa. As falas dos mestrandos diziam respeito a seus temas de pesquisa. Os trabalhos foram organizados em eixos temáticos, coordenados por professores do programa. Em sua concepção, o curso se dividia em quatro módulos. Eu coordenava o módulo “Cidade e Patrimônio”. Sobre esse tema, naquele momento, estava muito presente em minha mente o texto da Sandra recém publicado nos *Cadernos do LEPAARQ*, acima mencionado, “Cidade, memória e patrimônio”. O curso

resultou em uma publicação em formato de CD-Rom, organizada por mim, pela Maria Letícia M. Ferreira e pela Francisca Michelin, intitulado *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Naquela época, acreditava-se no potencial desse formato para circular com mais facilidade. Com o passar do tempo, esse veículo entrou em desuso para publicações e muito do material assim publicado caiu em completo esquecimento, hoje praticamente desconhecido. Uma pena, pois tem ali um material muito interessante, ainda muito útil.

Assim, o módulo “Cidade e Patrimônio” converteu-se em uma seção dessa publicação, em que se discutem aspectos teóricos e legais da preservação do patrimônio nas cidades e se aprofundam alguns estudos específicos, que tratam de lugares e instituições de suma relevância na memória das cidades de Pelotas e Bagé. A seção inicia com um texto de Ester Judite Bendjouya Gutierrez, sobre o Museu do Charque, apresentando algumas ações de educação patrimonial tendo como foco as charqueadas. Nesse texto, descreve o Sítio Charqueador Pelotense e trata do reconhecimento deste patrimônio, aquinhado em 2007 com o honroso Prêmio Rodrigo de Melo Franco, além de contar a história da construção da paisagem cultural das salgas do São Gonçalo.

Seguem-se as contribuições de Andréa da Gama Lima e Ivana Morales Peres, que adentram o campo conceitual e jurídico, a primeira tratando de políticas públicas (ou ausência das mesmas) na preservação patrimonial praticada preteritamente em Jaguarão (realidade hoje bastante modificada), a segunda enfocando a limitação do direito de propriedade em Pelotas pelo interesse do patrimônio.

Este dossiê se encerra com três autores que se dedicam ao estudo de exemplares do patrimônio público da maior importância, instituições centenárias que funcionam como lugares em que se sedimentam e cristalizam memórias e representações sobre a cidade ao longo das décadas: Elaine Maria Tonini Bastianello (*in memoriam*) estuda o Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé, Guilherme Rodrigues Bruno escolhe como tema o Mercado Central de Pelotas – instituições estas que entraram em funcionamento na década de 1850! Janaína da Silva Xavier, por sua vez, se dedica ao saneamento de Pelotas, que nos legou peças reveladoras da excelência estética do passado combinada ao espírito da modernidade e do progresso então vigentes, como a Caixa d’água da praça da Santa Casa e o conjunto de quatro chafarizes (três hoje preservados), que remontam à década de 1870.

Cabia a mim apresentar e discutir esses textos no curso, e, na publicação, redigir a apresentação deste dossiê. Enquanto eu li e revisei o material que os então mestrandos haviam preparado, o texto da Sandra rever-

berava na minha cabeça, pois havia nitidamente uma conexão muito forte entre as pesquisas que eles desenvolviam e o que a Sandra nos ensinava sobre as camadas do tempo plasmadas nas cidades e sobre a necessidade dos saberes interdisciplinares. Assim, a introdução deste dossiê materializou-se, sob a forma de texto, naquilo que acontecia na minha mente: uma conversa imaginária com a recém falecida historiadora gaúcha, professora e amiga, Sandra Jatahy Pesavento, que havia elevado o binômio cidade-patrimônio a um lugar de centralidade nos debates contemporâneos das Ciências Sociais no Rio Grande do Sul e no Brasil. Por meio deste diálogo, inventado em minha imaginação, eu, ao conversar com a Sandra, estabeleço um diálogo entre seus ensinamentos, como formulados no texto publicado nos *Cadernos do LEPAARQ*, e os argumentos e perspectivas trazidos pelos mestrandos autores dos capítulos do dossiê. A forma dessa conversa, vale lembrar, é determinada também pelo seu contexto de escrita, pelo escopo de apresentar o dossiê.

A escrita original desta “conversa”, realizada em 2009, e aqui retomada, no meu íntimo se deu como uma forma de homenagear a colega que havia partido pouco antes, deixando profunda marca em toda uma geração de historiadores formados em nosso estado, mas que tinha também um legado localizado, no Sul do estado do Rio Grande do Sul, não conhecido por muitos fora dali. Portanto, havia nesta homenagem também o agradecimento pelo apoio incondicional e veemente que sempre prestara a todas nossas iniciativas na seara do patrimônio. Retomar esse texto agora, em um contexto de rememoração do contributo da Sandra, funciona para mim como uma renovação dessa homenagem, com uma distância um pouco maior, para poder avaliar sua aposta e legado para o desenvolvimento dos estudos patrimoniais ao Sul do Sul, em Pelotas e seus entornos.

É por este contexto que a escrita deste texto guarda alguma particularidade. Aqui, em vez de Pesavento, o referencial bibliográfico, a conversa é com a Sandra, a pessoa, em minha memória a professora, depois colega e sempre amiga, enfim, interlocutora, com a qual mantinha grande afinidade intelectual. Na apropriação de palavras suas ao longo do texto, para não interromper a cadência deste diálogo imaginário que proponho, os trechos, conceitos, ideias ou palavras serão referenciados apenas pelo prenome Sandra, sem indicação de referência, ficando subentendido que se trata de um extrato do artigo referido acima, publicado em Pelotas em 2008. Somente os trechos citados em parágrafo destacado apresentarão a referência completa. A única citação que não provém desse artigo é a passagem com que inicio a conversa imaginária, extraída do texto original e não publicado da Aula Inaugural proferida na UFPel em 2004.

Como apontado acima, todos os trechos utilizados de Sandra Jatahy Pesavento, para o estabelecimento deste diálogo, foram extraídos do seu artigo citado logo acima, “Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano”.

Introdução à conversa com a Sandra (redigida em 2009)²

Propor-se pensar os temas da memória e do patrimônio para se compreender a cidade, para se ler a cidade, para se idealizar, para se buscar uma cidade desejada, oportuniza uma conversa: um diálogo com algumas ideias da historiadora gaúcha Sandra Jatahy Pesavento, que há poucos meses afastou-se em definitivo do convívio físico da cidade dos vivos, mas deixou contribuições intelectuais – e que a manterão viva por muitos anos – de relevância extrema para compreender esta cidade, para podermos encontrar uma cidade melhor, ancorada no conhecimento e valorização da memória social e do patrimônio cultural.

Bem, e se patrimônio e saudades são coisas, de certo modo, familiares, peço desculpa ao leitor, se for algo abusivo nas remissões a esta historiadora. Encarem por favor como uma forma de sorver as minhas saudades por esta colega e amiga, que deixou um imenso legado intelectual na nossa sociedade, legado que vai muito além das páginas escritas de sua obra, legado que se configura na construção de uma nova forma das cidades se encararem – e de nós nos encarmos dentro delas.

Peço inclusive licença à formalidade técnica, pois, em lugar de Pesavento, pois se costuma referenciar autores pelo sobrenome, me referirei aqui à Sandra, à nossa Sandra, pelo prenome, opção técnica heterodoxa generalizada neste texto, dada a proposta de desenvolver aqui uma conversa imaginária, aos moldes de um diálogo inspirado na tradição inaugurada por Platão e seguida por Ateneu. Desta conversa participarão, além de mim e da Sandra, os autores dos capítulos relativos ao tema da cidade, todos tratados por seus prenomes, Ivana, Andrea, Eliane, Guilherme e Janaína – aqui, em nosso país, em conversas, tratam-se pessoas pelos seus prenomes, e assim faremos. As citações destes incorporadas no corpo de parágrafo referem-se ao seus textos, indicados aqui ao final, publicados no dossiê “Cidade e Patrimônio” na coletânea *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Para não romper a estrutura textual de conversa, a referência completa é indicada somente nas citações destacadas em parágrafo à parte.

2 Este trecho e o trecho *Conversando com Sandra*, com alguns ajustes, retomam o texto originalmente publicado em Cerqueira, 2009.

“Nossa Sandra”, assim a chamei logo acima, porque desde a primeira hora foi apoiadora incontestada de nosso projeto de criação de um mestrado dedicado à memória social e ao patrimônio cultural em Pelotas, o qual veio a iniciar mais tarde, no ano de 2007. Na verdade, alguns anos antes, já havia vaticinado o seu advento. Entendia ela que esta cidade era o endereço certo para este mestrado; entendia que este era um mestrado certo para nossa cidade.

Conversando com a Sandra

Começamos a conversa com as palavras abaixo:

[o] espaço urbano contém um tempo, encerra uma história e uma memória e supõe uma leitura, que faz da cidade como que um livro de pedra, como já disse Walter Benjamin. Nesta medida, cada forma, cada materialidade e traçado que marcam a apropriação do espaço, se constituem em um texto, que comporta uma trama e oferece uma intriga a ser desvendada (PESAVENTO, 2004, p. 1).

Portanto, aceitamos aqui a tarefa proposta pela Sandra: desvendarmos uma intriga. Cinco pesquisadores do passado e do presente, Guilherme Bruno, Janaína Xavier, Elaine Bastianello, Andréa da Gama Lima e Ivana Morales Peres, propõem-se pensar a cidade a partir dos temas do patrimônio e da memória, e pensá-la sob diferentes ângulos.

Esta tarefa, em nosso país, por via de regra, não é tarefa simples. Entre nós, tornou-se hegemônico o modelo da *cidade genérica*, conforme o qual as cidades foram se delineando, se expandindo, se configurando, se desconfigurando, foram emergindo, numa ausência de efetivo planejamento, à revelia da atenção ao equilíbrio morfológico urbano, sem os devidos cuidados com a articulação entre a volumetria, os recuos, caimentos, coberturas, fachadas; portanto sem um ajuste harmonioso entre as linguagens estéticas e urbanas do passado e do presente. Resultado: violento apagamento de memórias, de seus suportes e até mesmo de seus rastros.

Nestas cidades, predominantes em nosso país, cuja forma se submeteu aos desejos do mercado, fazem-se necessários – como bem lembra Sandra – esforços detetivescos para enxergar o que não se consegue ver por através, para se enxergar os pontos de reminiscência, os lugares evocativos do passado. Lugares que permitam acomodar aspectos da identidade particular desta localidade na preservação da memória enraizada em camadas de tempo pretéritas – esta ideia das camadas de tempo leva Sandra a dizer

que o estudioso da memória da cidade é sempre uma espécie de arqueólogo, pois precisa lidar com estratigrafias de memórias. Como arqueólogo, sinto-me aqui contemplado, pois hoje a arqueologia das cidades, a chamada arqueologia urbana, não se limita mais ao que está debaixo do solo e que pode vir a ser escavado; hoje, ela gera conhecimento arqueológico do edificado, do que está sobre o solo, dos sentidos do espaço urbano compartilhado.

É possível que estas formas – ou *deformações*, poderíamos até dizer – que as cidades assumiram ao longo do século passado, expressem uma visão de progresso que o século dezenove legou às gerações seguintes. Como exemplo deste pensamento, John Ruskin asseverava que o destino das construções do passado é de serem consumidas inexoravelmente pelo tempo³. Assim, o caminho do progresso em nosso país, no século vinte, foi acompanhado pelo avanço das novas edificações, verticalizadas, não somente sobre espaços novos, tomados ao ambiente natural, mas de forma muito mais radical sobre as áreas edificadas e urbanizadas que representavam traços do passado. É como se uma das grandes missões da modernização fosse apagar o passado, ao qual se atribuía *atraso*, *provincianismo*. As palavras da Sandra, em sua precisão ou em sua profundidade, ecoam como definidoras deste quadro: “nos centros urbanos que sofreram uma profunda modernização, esta mudança é de tal forma intensa que impede as evocações espontâneas”.

Ou ainda, como quis Sandra, esta transformação das cidades pode vir a romper quase que por completo as conexões afetivas e sensíveis entre o presente e o passado, rasgando os liames identitários que a memória costura entre as pessoas de hoje e de ontem, entre a cidade de amanhã e de anteontem:

Trata-se não apenas de uma eliminação radical das marcas ou registros do passado que uma cidade pode conter – e, com isso, despertar, de forma automática, a rememoração – mas de um certo bloqueio da sensibilidade, impedindo de reconhecer, sob as formas novas, o passado do urbano, ali escondido. Neste contexto, a busca da temporalidade escoada implica no acionar de uma vontade e mesmo de um aprendizado, que só podem ser despertados pela ativação de um olhar sensível e por um processo que implica ensinar a pensar (PESAVENTO, 2005, p. 12).

3 RUSKIN, John. *Les sept lampes de l'architecture*. Paris, Les presses d'aujourd'hui, 1980, apud PESAVENTO, 2005, p. 16.

Contudo, a Sandra reconhecia que os caminhos foram diferentes nas cidades das quais falamos aqui, posto que Pelotas, Bagé e Jaguarão ofereceram, de uma forma ou de outra, resistência ao estabelecimento aniquilador da *cidade genérica*. Talvez por isso, pensava Sandra, Pelotas seria o endereço certo para um curso de pós-graduação em memória e patrimônio.

Estas cidades permitem, pois, pela forma com que o passado se faz presente, reflexões particulares sobre o tema. E este é o desafio que se coloca aos nossos autores, que perscrutam o impacto da memória e do patrimônio sobre suas cidades, sob diferentes pontos de vista. Mas esta diversidade de ângulos e perspectivas é inevitável, e inexorável, pois, dando voz à Sandra, “[o] tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço”. O espaço da cidade é lugar de “múltiplas temporalidades e múltiplos sentidos”.

E já que falamos de nossos autores, vejamos quem são e de que propõem falar, e possibilitemos a eles também participarem desta conversa imaginária com a Sandra.

Os dois primeiros estudos focam-se nas dimensões políticas e jurídicas da questão do patrimônio cultural. Andréa da Gama Lima, com formação em artes visuais, ao estudar as políticas de preservação de patrimônio, nomeadamente no caso de Jaguarão, preocupa-se com o processo de seleção, com a forma pela qual o passado é abordado ao ser recortado e elevado à categoria de patrimônio. Para estudar o caso de sua cidade, discute conceitos e práticas de patrimonialização na contemporaneidade, procurando entender como se constituem os *elencos patrimoniais*, termo escolhido para se referir ao conjunto de elementos previamente selecionados para serem alvo e ponto de convergência de políticas preservacionistas. Ao analisar projetos voltados à salvaguarda e gerenciamento do patrimônio da cidade de Jaguarão, localizada na fronteira com a República Oriental do Uruguai, procura averiguar que passados são silenciados, a que passados se dá voz, como se articulam visões do presente e do passado, na escolha de passados feita no presente, por quem são feitas no presente estas escolhas de passado.

Ora, Andréa, sem dúvida se trata de *questão crucial*, como ressalta Sandra:

Mas, para tanto – e esta é a questão crucial a definir, tanto na Europa quanto na América Latina –, é o tempo do presente, do *aqui* e do *agora*, que preside o tempo das cidades, pois ele se situa no âmago das decisões ou da vontade política da cidade habitar os seus tempos (PESAVENTO, 2005, p. 14).

Ou seja, considero que a questão que Andrea da Gama Lima toma como objeto de estudo está no núcleo de todas as discussões sobre patrimônio, uma vez que o ato de lembrar implica no ato de esquecer. Isto é, os processos de escolha de fragmentos do passado a serem elencados no rol dos bens culturais identificados como patrimônio portador de valores significativos da memória social, em que a identidade coletiva deva e possa se ancorar, são um momento de natureza política, decisivo para as políticas públicas de salvaguarda do patrimônio e preservação da memória, pois o esquecimento de certos traços do passado – penso – pode associar-se a estratégias de exclusão social de grupos, marginalizados socialmente no presente e alijados da representação de ícones do seu passado como ícones de memória coletiva.

Daí a necessidade de que o processo de patrimonialização conte com mecanismos de escuta não somente daqueles que produzem o espaço, mas necessariamente também daqueles que consomem o espaço. Eu gostaria de ressaltar aqui a necessidade de escuta da população, do público, que é uma das metas de algumas linhas de atuação junto ao patrimônio cultural, como a educação patrimonial e a arqueologia pública.

Sandra, no entanto, confere grande valor à voz de outro *consumidor do espaço*, aquele que é portador de alguma forma de saber técnico sobre as relações que a cidade estabelece entre seu passado e seu presente, entre sua cultura material, edificada, móvel e imóvel, e seus repertórios simbólicos.

Entendemos que esta tarefa, que compete aos chamados *produtores do espaço*, para usar a expressão de Marcel Roncayolo⁴, deveria ser secundada, cada vez mais, pelos *consumidores* do mesmo espaço, em especial por certa categoria de *leitores privilegiados* da cidade (geógrafos, historiadores, antropólogos, sociólogos). Com sua competência técnica específica e olhar sensível, eles precisariam ter maior participação nesta atividade que é a de fazer a cidade habitar os seus tempos, questionando o espaço (PESAVENTO, 2005, p. 14).

Fazendo ecoar o argumento de Sandra, eu gostaria de dizer que as cidades precisam também escutar a Andrea, pois é necessária a competência técnica para julgar os próprios processos de patrimonialização e a sua respectiva capacidade de realizar uma abordagem social abrangente e plural.

4 RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard, 1990, apud PESAVENTO, 2005, p. 16.

Sandra ressalta o potencial papel dos historiadores, com sua competência técnica particular:

Os historiadores são consumidores do espaço e leitores privilegiados da cidade. Os historiadores podem ensinar a criar uma consciência do valor destas temporalidades do passado, mas, nesta tarefa, enfrentam um desafio secular, expresso no enfrentamento da permanência com a mudança (PESAVENTO, 2005, p. 15).

Com o estudo de Ivana Morales Peres, passamos da política ao Direito e aos processos judiciais, mergulhando nos conflitos de interesse entre o privado e o público, de onde o patrimônio emerge como uma categoria vista como qualificadora da vida social.

Bacharel em Direito e especialista em Direito Processual pela Universidade Católica de Pelotas, a pesquisadora, que atua como assistente de Promotoria do Ministério Público Estadual, especificamente na Promotoria da Defesa Comunitária de Pelotas, traz para dentro de sua reflexão a sua experiência profissional, sustentando suas reflexões, portanto, numa mediação entre teoria e práxis.

Escolhendo as limitações ao direito de propriedade e seus efeitos sobre a preservação do patrimônio edificado em Pelotas, Ivana articula, em sua análise, (1) os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, nomeadamente o tombamento e o inventário, (2) a reação às limitações do direito de propriedade, por parte de particulares, face à função social concernente à salvaguarda do patrimônio cultural, e (3) a intervenção do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Ivana conclui que as limitações ao direito de propriedade contribuem para uma conscientização da população pelotense quanto à necessidade de proteção do patrimônio cultural da cidade e quanto à importância da intervenção do judiciário para a efetividade desta proteção. Avança em suas conclusões apontando sua convicção de que “a função social da propriedade alterou o conceito absoluto do direito de propriedade, limitando esse direito, a fim de que, em relação ao patrimônio cultural, tais bens fossem protegidos de maneira eficaz: ou seja, em caso de descumprimento da função social por parte do proprietário, são cabíveis sanções pelo ato indevido”.

Com base em sua experiência judicial, que permite analisar dois casos concretos em Pelotas, aponta-nos que, “além de compreender que os instrumentos de proteção – tombamento e inventário – geram efeitos positivos e negativos para o proprietário, é relevante entender que para a

plena efetividade dos seus objetivos, estes sejam acompanhados, principalmente, pela atuação Ministerial e do Poder Judiciário”. Ou seja, por si só, os institutos do tombamento e do inventário não são suficientes para alcançar os seus objetivos e frear a deterioração e depredação destes bens culturais, sendo indispensável a intervenção judicial.

Ivana finaliza afirmando que a preocupação com a busca da conscientização pela proteção patrimonial deve ser incluída de forma concreta nas relações sociais, assim como a necessidade de atuação conjunta dos órgãos públicos como o Ministério Público, quanto de outros atores que contribuem na luta constante pela preservação do patrimônio cultural edificado.

As reflexões da Sandra sobre o patrimônio e a cidade vão em uma direção convergente a esta apontada pela Ivana, apesar de acrescentar outros componentes. Para Sandra, lidar com o passado é exercer cidadania. E isto diz respeito diretamente ao Direito e aos direitos dos cidadãos.

Renovar e reabilitar, jogando, desde o presente, as dimensões do passado e do futuro de uma cidade, seria uma outra forma de exercer a cidadania, entendendo que habitar a cidade implica dotar seus habitantes deste direito de usufruir vários tempos. O direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania, é, fundamentalmente, um direito à história, à memória, à identidade (PESAVENTO, 2005, p. 14).

Se a Sandra converge com a preocupação de Ivana, em sinalizar para o papel central do Direito, do Judiciário e do Ministério Público, no jogo que garante a preservação do patrimônio cultural, a pergunta da Sandra, por sua vez, inclui ainda outros anseios, que apontam para a nossa preocupação com a educação patrimonial, perspectiva norteadora da organização desta obra voltada a instrumentalizar professores, gestores de cultura e outros profissionais no ensino, para a avaliação e tomada de decisão em questões atinentes ao patrimônio e à memória.

Qual a estratégia, contudo, a adotar? O caminho talvez seja a *patrimonialização* do passado e a educação do olhar que se inspira na concepção do *monumento*. Falamos, a priori, de uma atitude, que pode e deve ser secundada pelas intervenções práticas, orientadas pelo conhecimento técnico. Mas este, no caso, não se dará isolado, sem levar em conta essa reorientação sensível da questão urbana face ao seu passado (PESAVENTO, 2005, p. 15).

A Sandra nos coloca que a *patrimonialização* do passado da cidade implicaria em assumir a cidade como propriedade cultural partilhada. Isto sem sombra de dúvida nos reporta ao Direito, uma vez que considerar a cidade uma propriedade cultural compartilhada tem implicações diretas sobre o direito, até então considerado absoluto, de propriedade privada, levando-se a sério o conceito de função social da propriedade. A Sandra, no entanto, nos fala que esta questão do compartilhamento da cidade acarreta, sobretudo, a demanda de aprendizagem, que deve resultar de ação coordenada entre imprensa e educação, entre a esfera estatal e a esfera particular.

Reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, entender como sua uma memória social, saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças *lugares*, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isto implicaria em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um *patrimônio* herdado (PESAVENTO, 2005, p. 16).

E, para saber reconhecer a cidade como um patrimônio herdado, para entender o que e o quanto um objeto faz lembrar, se fazem necessários estudos, estudos sobre a memória social, estudos que se imiscuam nas entranhas das várias historicidades e temporalidades que se escondem nas camadas de passado existentes no patrimônio, no *monumento* – o objeto que faz lembrar. Sandra lembra que é necessário decifrar sentidos que, na cidade, nos chegam do passado. Para tanto, ela advogava uma “história cultural do urbano: partindo do entendimento antropológico da cultura como um conjunto de sentidos partilhados”. Queria de nós que abordássemos “a cidade através de um olhar que a contemplasse como uma temporalidade que encontra forma e sentido no espaço, ou como um espaço que abriga múltiplas temporalidades e sentidos”.

Sem dúvida, Sandra valorizava o registro, o inventário, o relato, a celebração, mas, muito mais do que isto, o que ela valorizava nesta tarefa de desvendar as intrigas de sentidos acumulados nas camadas de passado dos bens culturais era outra coisa. O conhecimento e reconhecimento de sentidos que sustentem uma identidade urbana, enraizada tanto no presente quanto no passado e projetada para o futuro.

Recuperar a cidade do passado implica, de uma certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. (...) Ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história (PESAVENTO, 2005, p. 11).

Portanto, ao estudar a memória e o patrimônio de uma cidade, ao buscar a sobreposição de seus sentidos, trata-se de um processo de definição de pertencimento, que se compõe tanto dos suportes de memória do mundo material, quanto daquilo que nos reporta ao imaterial, ao intangível, guardado na memória, nas lembranças, naquilo que Sandra chama o “mundo das coisas ditas”.

Quando a Sandra nos exorta a pensar a memória da cidade do passado, da cidade *perdida*, quando nos convoca a avaliar o sentido da preservação patrimonial, ela não pensa que o que conta é “exatamente a permanência integral das formas antigas, nem a sua capacidade de resistência à passagem do tempo físico, ao desgaste e à transformação, dada pela passagem do tempo social”. Entendo, diante das palavras da mestra, que a preservação material pura e simples, como meta cega de conservação e restauro de bens culturais, não é o que importa para ela: “É preciso descobrir os tempos da história que se acumulam no espaço e que podem e devem ser resgatados pela memória”.

Sandra nos ensina, então, que “todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas”, de modo que o grande desafio, ao desvendar a intriga, é “resgatar a capacidade evocativa e de significação que cada fragmento do passado possa oferecer à recriação imaginária de uma cidade. Ou ainda, o quanto de memória, história e sentido ele possa invocar”.

Para se perscrutar os sentidos culturais em camadas de passado subjacentes à aparência atual dos bens culturais, a Sandra nos alerta que “a passagem do tempo modifica o espaço, onde as práticas sociais do consumo e da apropriação do território não só alteram as formas do urbano como também a função e o uso do mesmo espaço, descaracterizando o passado da cidade”.

Penso que, em virtude desta característica de ressignificação dos espaços, das edificações, das paisagens, adquire um caráter especial, para fins de estudo de memória social, a compreensão, bem como registro, in-

ventário e valorização patrimonial, de bens culturais que se mantêm, por várias décadas e gerações, atravessando os séculos, não somente conservando a sua morfologia e integridade física, mas exercendo praticamente as mesmas funções ao longo do tempo, mesmo que reconfiguradas conforme as transformações sociais e tecnológicas. Pergunto-me o que a Sandra pensaria disto.

Não sei agora a resposta dela, mas podemos, de certo modo, conhecer a resposta de três pesquisadores, que se dedicam a estudar bens edificados que desempenharam e até mesmo desempenham serviço público característico da vida urbana, desde o século dezenove, nas cidades de Bagé e Pelotas.

Em virtude de estas cidades terem, em certa parte, resistido à completa descaracterização de sua morfologia urbana que predominou nas cidades brasileiras na segunda metade do século passado, existem nelas inúmeros bens que, de certo modo, acompanham, ou, poderíamos dizer, são espectadores do desenvolvimento do espaço urbano, da transformação. Mesmo assim, se mantêm, carregando consigo múltiplos sentidos, entre os quais podemos desvelar alguns, desvendando parte da intriga de significados culturais associados.

Mais do que do particularismo da arquitetura civil, das residências, falamos aqui de equipamentos típicos do processo de modernização urbana que o Brasil viveu no século passado, sob a égide da Revolução industrial e mundialização de padrões ocidentais nas áreas que estavam sob sua influência comercial e cultural. Os estudos constantes nesta obra referem-se a mercado público, a saneamento e a cemitério, três equipamentos marcantes na constituição da visão de mundo urbana da época, e, portanto, definidores de um sentido de pertencimento a uma forma particular de vida urbana.

Novamente, me perguntaria o que pensaria a Sandra. Entre tanta transformação da paisagem urbana, dos espaços, por entre tantas sobreposições de temporalidades, nos defrontamos aqui diante de equipamentos, como o mercado público e o cemitério, que mantiveram de forma significativa a sua morfologia e função, mesmo comportando mudanças físicas e adaptações funcionais. Entre suas curvas, suas sombras, suas imagens, mais ou menos frequentadas pelo público, mais ou menos abandonadas ou preservadas, percorreram pessoas, atividades, sentimentos, passaram-se décadas, seis, sete, oito gerações, e vários sentidos culturais, sob forma material e imaterial, foram plasmados nestes equipamentos.

Mas a Sandra tem aí, uma frase curtiinha: “Em se tratando da cidade, a subordinação da memória à história implica no resgate de uma série

de temporalidades”. Ou seja, o um século e meio do Mercado Público de Pelotas comporta em si múltiplas temporalidades, que se instalaram e atravessaram este espaço, ao longo do tempo. Logo, penso, não se trata de se buscar a memória de uma linha de tempo contínua, única, mas de dar vozes a vários mercados.

Os três estudos, dedicados a estes equipamentos urbanos, dão conta não somente da cidade material, mas da cidade imaginária; da cidade dos vivos, com o mercado e as águas tratadas, e da cidade dos mortos, com o cemitério. O primeiro artigo, que nos chama a atenção, é de autoria de Guilherme Rodrigues Bruno, arquiteto e urbanista, com domínio das técnicas gráficas digitais, que se ocupa da preservação do Mercado Central de Pelotas, um dos mais antigos prédios históricos da cidade, projetado inicialmente em 1846, que continua até hoje como uma das imagens “mais recorrentes entre as representações da cidade, além de ser a construção remanescente do século XIX mais permeável ao uso público”. Ressalta ainda que é um dos equipamentos urbanos onde as relações de apropriação, domínio e controle do espaço estão mais democraticamente compartilhadas entre o Estado, a iniciativa privada e a população.

O segundo artigo, de Janaína Silva Xavier, com formação em artes visuais e especialização em patrimônio cultural, trata do saneamento da cidade de Pelotas na segunda metade do século dezenove, com a instalação, na década de 1870, dos chafarizes franceses e da caixa d’água em ferro. Mostra a “cidade no cenário mundial como importadora das inovações tecnológicas de seu tempo” e, ao mesmo tempo, revelando o desejo de seus moradores em acompanhar o “surto de modernidade que dominava o pensamento da época”.

O outro artigo, de autoria de Elaine Maria Tonini Bastianello, professora de história da Rede Pública Estadual, em Bagé, e especialista em História e Cultura Brasileira Contemporânea, em definitivo nos desloca para outra cidade: não me refiro aqui à cidade de Bagé, mas a cidade dos mortos, à necrópole, onde os vivos, por meio das manifestações culturais concernentes ao cuidado com a morte, projetam valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias (HARRY BELLOMO, 2000, p. 15) que dizem respeito à cidade dos vivos, à sociedade bajeense da época de construção do cemitério, bem como de todas as épocas subsequentes em que o cemitério se manteve utilizado, para o enterramento e culto aos mortos. Assim, ao estudar o Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé, analisa de forma sistemática a produção material que perpetua a memória do falecido, evidenciada nas formas de adornar e ritualizar as edificações tumulares e o seu entorno. Aqui se revela um imenso valor patrimonial deste cemi-

tério: a riqueza da arte cemiterial, tanto em seu aspecto escultórico quanto arquitetônico. Entre os aspectos do desenhar-se da cidade, em franco processo de urbanização, que ficaram plasmados no cemitério, foi a presença de algumas etnias que desempenharam papel diferenciado na modernização e crescimento da cidade, destacadamente, a etnia espanhola, que legou à contemporaneidade um dos mais belos monumentos funerários coletivos do estado do Rio Grande do Sul, um mausoléu dedicados aos descendentes de espanhóis, patrocinado pela sociedade espanhola local.

Estes três textos possuem várias convergências em suas temporalidades. Voltam-se tanto para o presente quanto para o passado. O leitor encontrará, nestes autores, a preocupação com avaliar as condições atuais de conservação, bem como a atenção da população, mas sobretudo do poder público, com relação a ações concretas voltadas à valorização e preservação destes bens. Por exemplo, no estudo sobre o Mercado Central de Pelotas, verifica-se, por parte do autor, um afiado espírito crítico com relação à propalada desatenção que o poder público municipal despende com respeito a este bem.

No que se refere às memórias do passado, os três estudos nos reportam ao processo de urbanização e modernização no século dezenove, e o modo como as camadas subsequentes do tempo foram agregando sentidos a estes equipamentos urbanos ao longo do século vinte até o presente.

O abandono dos enterramentos nas igrejas, bem como a transferência dos cemitérios inseridos no interior do perímetro urbano para cemitérios novos, na época afastados do anel urbano, processo que se efetiva em Bagé em meados do século dezenove, responde à implantação de um discurso de modernidade, do qual fazem parte noções de sanitárias e de higiene que incidem diretamente sobre o uso do espaço, regulamentando, por exemplo, posturas de descarte de lixo.

Estes discursos, a serviço da implantação de uma identidade urbana marcada por noções do que era tido como *moderno* e *civilizado*, incidiram igualmente sobre as práticas sociais e decisões políticas que levaram a cidade de Pelotas a investir, por meio de decisão da Câmara Municipal, na construção do Mercado Central e nas suas instalações hidráulicas. Como bem coloca Janaína, no século dezenove, “viviam-se um intenso processo de modernização nas principais cidades do país. (...) Conceitos de modernidade e progresso (...) estabelecidos durante a Revolução Industrial na Europa, e finalmente como esses pensamentos chegaram a Pelotas, manifestando-se na urbanização da cidade e na importação dos chafarizes franceses e da caixa d’água em ferro” (XAVIER, 2009, p. 90).

Assim, penso que as camadas de memória destes equipamentos urbanos de Bagé e Pelotas, inclusive por serem construídos para desempenharem indispensáveis serviços públicos, e por terem sido implantados, todos, a partir de decisão política pretérita das câmaras locais (investindo para tanto recursos captados nas municipalidades), reportam-nos a sentidos sociais compartilhados por diversas coletividades destas cidades, ao longo de aproximadamente 15 décadas. Penso, ainda – e imagino a amiga Sandra fazendo um firme sinal afirmativo com a cabeça – que é o pulsar destes vários sentidos que se busca auscultar, procurando interpretar esta memórias, construindo assim uma outra memória, fruto da narrativa do portador do conhecimento técnico do passado, memórias que emergem da voz e da escrita do historiador, do arqueólogo, do antropólogo, sociólogo, do geógrafo.

É neste momento de nossa conversa que a Sandra se reportaria ao Joel Candau⁵, ao conceito de meta-memória:

A rigor, todas [aqui ela se refere às áreas de conhecimento, história, antropologia, sociologia, geografia] estariam empenhadas na construção de uma *meta-memória* para a cidade, para usar a expressão de Joel Candau, referindo-se à construção de representações sobre o passado, que reconfiguram lembranças e vivências de um outro tempo, dotando-as de um sentido para o presente (PESAVENTO, 2005, p. 15).

Guilherme, Janaína e Elaine, parece-me, dialogam, em seus propósitos, com as ideias da Sandra, pois, enquanto tentam desvendar as intrigas de sentidos do passado, procuram também dotar estes bens de um sentido para o tempo presente. Esta preocupação com o presente, transparece bastante no trabalho de Guilherme, preocupado com o trato da memória do passado no hoje, a partir das opções a serem tomadas com vistas ao uso contemporâneo combinado ao melhor modo de restauração ou conservação do bem:

Parece necessário, portanto, fazer um levantamento multidisciplinar da situação e apresentar alternativas, analisando os prós e contras de cada uma, e como elas interfeririam na vida de cada agente envolvido e, sobretudo, na memória social de Pelotas, pois está se falando de um dos mais importantes monumentos arquitetônicos da cidade, embora atualmente muitos nem o percebam como tal (BRUNO, 2009, p. 79).

5 CANDAU, Joel. *Mémoire et identité*. Paris: PUF, 1998, apud PESAVENTO, 2005, p. 15.

Também na investigação da intriga que buscam desvendar, querendo compreender as memórias evocadas pelo monumento, contemplam a perspectiva apresentada pela Sandra: para ela, “cada recorte do território, cada forma e cada materialidade encerra temporalidades que remetem a atores, a práticas sociais e a significados”, por isso a busca hermenêutica por decifrar sentidos vindos do passado, tarefa na qual os três autores se jogam. Acredito que Sandra daria seu veredicto, encaminhando nossa conversa para seu fim:

Assim, estaríamos verdadeiramente no campo da história cultural, a lidar com construções imagéticas e discursivas que se colocam no lugar do acontecido, presentificando uma ausência (PESAVENTO, 2005, p. 13).

Palavras finais, ou: conversando de novo com a Sandra, um década depois

Na ocasião de retomada deste texto, minha imaginação se colocou a fabular uma nova conversa com a Sandra, encontrando-a por aí, em algum plano. Imagino que ela quisesse saber, afinal, no que resultaram as iniciativas de Pelotas e da UFPel para o patrimônio. Imagino que ela me perguntaria sobre o doce, afinal, quando estive em Pelotas para a Aula Inaugural de nosso PPGMP, estávamos no meio da fase de campo para municiar o “INRC - Tradição dos Doces de Pelotas”. Ah e como se deliciou com os doces servidos no coquetel!

– Fábio, e aqueles doces deliciosos? Foram reconhecidos patrimônio imaterial?

– Sim Sandra. 15 de maio de 2018 foi uma data histórica para Pelotas e para o Rio Grande do Sul. Veja aqui a notícia no Portal do Iphan, para não dizeres que estou inventando: no turno da tarde, na “88ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, as Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu) foram reconhecidas como Patrimônio Cultural do Brasil. A decisão foi tomada, por unanimidade, pelo Conselho Consultivo que se reuniu na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Brasília”⁶.

Na sequência da conversa, prevejo que a curiosidade da Sandra se direcionaria para o patrimônio edificado.

6 IPHAN. *Tradições Doceiras de Pelotas (RS) são reconhecidas como Patrimônio Imaterial do Brasil*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4653/tradicao-doceira-de-pelotas-rs-e-reconhecida-como-patrimonio-imaterial-brasileiro>. Acesso em 17 jun. 2020.

– Fábio, e aqueles palacetes da Praça Pedro Osório? Aquele belíssimo casario do centro de Pelotas? Lembro bem dos trabalhos de salvamento arqueológico que tu fizeste, com a tua equipe do Lepaarq. No que resultou?

– Sandra, calma, tu não deixaste eu terminar de falar (observação: ela não deixava mesmo!). Não te disse que o dia 15 de maio foi histórico? Então, presta atenção. Eu te falei que a tradição doceira de Pelotas foi declarada patrimônio imaterial brasileiro de tarde. Mas tu acreditas que no turno da manhã, no mesmo dia, o Conselho Consultivo do Iphan aprovou unanimemente o tombamento do Conjunto Histórico de Pelotas, incluindo a Chácara da Baronesa (com o museu) e a Charqueada São João, além das praças do centro histórico, é claro... a José Bonifácio (a da Catedral), a Coronel Pedro Osório (do chafariz das Nereidas), a Piratinino de Almeida (a da Santa Casa, com a maravilhosa Caixa d'água de ferro), a Cipriano Barcelos (aquela conhecida como Praça dos Enforcados) e a enfim a Dom Antônio Zattera, a praça que os pelotenses chamam de parque (na falta de um!). Incrível não? No mesmo dia! Isto nunca havia ocorrido anteriormente em mais de oito décadas. Com esse tombamento, cerca de 80 prédios foram colocados sob a proteção da lei federal, em gestão compartilhada entre os governos municipal e federal. Não é uma maravilha? Lembrei de ti quando vi as notícias na imprensa. Olha o que disse no G1: “É a primeira vez, na história do Iphan, que a certificação se dá para uma mesma cidade, em ambas categorias ao mesmo tempo – material e imaterial. O projeto foi aprovado por unanimidade”⁷. Olha aí... a questão da identidade, da representação, da autoestima se colocam aqui. Mais que isso, sempre dizias da necessidade, para se agir sobre a cidade, de se ouvir o que têm a dizer sobre as camadas de tempo estes consumidores especiais da cidade que são historiadores, antropólogos, arqueólogos, arquitetos. De fato, sem a pesquisa feita por nossa equipe interdisciplinar da UFPel, não há dúvida de que a cidade não teria conseguido se instrumentalizar para a declaração do seu doce como patrimônio imaterial brasileiro. E dá gosto de ver o impacto econômico na pequena Morro Redondo vizinha a Pelotas. Acreditas que produtores artesanais da zona rural, que haviam abandonado a produção das passas de pêssego e marmeladas brancas, retomaram e inclusive formalizaram a atividade?! Também se nota, desde esta dupla declaração em maio de 2018, que houve um aumento do turismo receptivo.

– Ah... desta não sabes! Lembras daquele Casarão pelo qual eras apaixonada, na frente da Praça Coronel Pedro Osório? A residência do Con-

7 G1 RS. *Tradição doceira de Pelotas é declarada patrimônio imaterial do Brasil*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/doces-de-pelotas-sao-declarados-patrimonio-imaterial-do-brasil.ghtml> Acesso em 17 jun. 2020.

selheiro Francisco Antunes Maciel, com seus magníficos estuques, onde realizamos acompanhamento arqueológico em 2002 e encontramos todo aquele material doméstico incrível do século dezenove, material que viste em nosso laboratório e na exposição que montamos quando do Encontro Estadual da ANPUH em Pelotas, em 2004. Então, ali hoje funciona, auspiciosamente, o Museu do Doce, vinculado à UFPel, e o diretor recentemente me relatou como o número de visitantes aumentou notoriamente desde a declaração.

– Fábio, e o mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, curso pelo qual tenho tanto carinho? Lembro da inesquecível noite da minha Aula Inaugural... acho que em 2007 não?

– Ah Sandra, nem sabes como somos gratos. O teu empurrão foi fundamental. Desde 2013, mais que mestrado, é um doutorado também. Somos hoje curso de referência na área em toda América Latina. Para teres uma ideia recebemos anualmente alunos com bolsas da OEA. A tua aposta estava certa!

– Então, Fábio, que bom, me trazes só boas notícias do patrimônio em Pelotas!

– Bem, Sandra, queria muito dizer que sim. Mas, infelizmente, nem tudo são notícias boas. Lembras do Sete de Abril, que muito se orgulhava de ser o mais antigo teatro ininterruptamente em funcionamento no país, sem nunca fechar desde a primeira apresentação em 2 de dezembro de 1833? (data escolhida a dedo... aniversário do futuro imperador!) Então, fico triste em te dizer, mas já se vai uma década que não abre mais suas portas. Seu palco segue mudo e inerte. E o esplendoroso prédio do Clube Comercial, um dia palacete residencial de um rico charqueador. Infelizmente, boa parte do telhado do salão de baile desabou, ruindo os magníficos estuques que decoravam o telhado.

– Sandra, lembras da Cinemateca Guarany? Que cidade do mundo não preservaria o prédio em que foi gravado o primeiro filme do seu país?! O primeiro longa! O primeiro documentário! Pois então, está ali ainda, o imponente casarão eclético na Deodoro com Telles, onde funcionou a antiga “Guarany Fábrica de Fitas Cinematográficas”, criada em 1912 pelo empresário teatral e ator português Francisco Santos (afilhado de Camilo Castelo Branco!) e seu amigo Francisco Xavier. Nesta casa, foi produzido “O Crime dos Banhados”, talvez inaugurando gênero de suspense policial no país, relatando o assassinato de uma família inteira, na Fazenda Passo da Estiva, no interior do município de Rio Grande, em 1912. O *Opinião Pública* assim relata, na edição de 26 de fevereiro de 1914, o sucesso junto ao público local, em experiência urbana de modernidade:

“Enorme concorrência assistiu, ontem, no Coliseu Peloten-se, as duas sessões cinematográficas ali realizadas e em que foi exibida pela primeira vez, a emocionante película confecção da Fábrica Guarany e descritiva da horrorosa hecatombe ocorrida no lugar denominado Banhados. A referida fita, já pela nitidez da fotografia, já pela habilidade com que foi apanhada, como ainda pela correção com que portaram-se os artistas que para ela posaram, agradou bastante, sendo gerais os encômios dos assistentes de ontem. Hoje será novamente focada na tela do Coliseu”.

Sim o prédio está ali. Mas não festejes Sandra... Lastimável, mas está em progressivo estado de abandono, salvo por uma funilaria que funciona em um canto, no subsolo. Seu telhado começou a ruir. Se nada for feito, conhecemos os próximos capítulos. Veja a foto que fiz de casa durante essa malfada epidemia que nos mantém confinados em nossos lares.

Figura 1

Início de desabamento do telhado do prédio da antiga “Guarany Fábrica de Fitas Cinematográficas”, inaugurado em janeiro de 1913. Rua Marechal Osório, 453, Pelotas, Rio Grande do Sul.



Primeira produtora cinematográfica do Brasil, produziu documentários e filmes como “Panorama de Pelotas” e “Crime dos Banhados”. Foto do Autor, abril de 2020.

– E os museus que tive a honra de coordenar por mais de uma década, na colônia de Pelotas. Um dedicado à imigração italiana, outro à francesa. Lembras? Infelizmente, fechados. Falta de um lado o apoio da Prefeitura e de outro da universidade. Mas seguimos trabalhando para reverter.

É fato, porém, que a luta pelo patrimônio é assim mesmo, avança entre perdas e ganhos. Um exemplo positivo é o Castelinho Simões Lopes Neto, abandonado e quase em ruínas quando estive por aqui da última

vez; hoje em franca recuperação, prospera por meio de um Parceria Público Privada muito criteriosa. Outro, a estação férrea. Após restauração do prédio, recentemente – agora mesmo enquanto estamos em isolamento social em nossas casas! – revitalizaram seu entorno, um belo largo à espera de que voltemos à vida normal, depois que passe essa longa e terrível praga que nos aterroriza.

Figura 2

Estação férrea de Pelotas (1884), após restauração (2014) e revitalização do entorno (2020).



Antiga linha Cacequi-Marítima (Bagé - Rio Grande).

Atualmente, sede do Museu Ferroviário e do Instituto Histórico de Geográfico de Pelotas - IHGPel

Foto do Autor, em 18 de junho de 2020.

Lembro bem, Sandra, como insistias que o principal não é a preservação integral da materialidade do passado, por mais importante que seja. Que o esquecimento e as perdas fazem parte. Importa o sentido. O direito ao passado. O acesso às várias camadas do tempo. E que este passado seja fruído como presente (em outro momento, para não me alongar demais, te conto as maravilhas sobre a restauração e revitalização do Mercado Central... até o antigo Mercúrio, desaparecido por décadas, outrora sobre a torre do mercado, hoje voltou ao seu lar!). Bem, um de teus ensinamentos, é que, para tudo isso, é indispensável a escuta do conhecimento dos “consumidores da cidade” portadores de saberes técnicos, acadêmicos e multidisciplinares. E é neste ponto Sandra que quero te dizer o seguinte: deixaste aqui em Pelotas um importante legado! Nosso PPG em Memória e Patrimônio já resultou até o momento em 157 dissertações e 31 teses, com temas locais, regionais, nacionais e internacionais. Mas afirmaria com certeza que o patrimônio cultural local e regional tem sido esmerilhado. Mas não para por aí, Sandra. Depois da última vinda tua a Pelotas, outros

cursos que tangenciam o patrimônio, direta ou indiretamente, foram criados. Hoje temos doutorado em História, em Antropologia, em Arqueologia, Mestrado em Geografia, em Arquitetura e em Artes.

Minha sincera opinião, Sandra: a tua aposta sobre a vocação da cidade para o patrimônio e para os saberes patrimoniais se confirmou! Muito obrigado, querida mestre e amiga. Esta conquista também te pertence.

REFERÊNCIAS

- BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. O Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé: cultura, morte e sociedade. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 104-117.
- BELLOMO, Harry R. (org.) Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte, Sociedade, Ideologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- BRUNO, Guilherme R. Desafios transversais à preservação de um mercado público: o caso do Mercado Central de Pelotas/RS. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009.
- CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009.
- CERQUEIRA, F. V. Sobre a cidade, a memória e o patrimônio – conversando com Sandra. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 10-24.
- LIMA, Andréa da Gama. Patrimônio e políticas preservacionistas: os critérios de seleção na abordagem de períodos passados. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 55-64.
- PERES, Ivana Morales. As limitações ao direito de propriedade: reflexos sobre o patrimônio edificado da cidade de Pelotas/RS. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 65-77.
- PESAVENTO, Sandra J. *Cidade e Memória*. Aula Inaugural do Curso de His-

tória da UFPEL. Pelotas, 2004 (inédito).

PESAVENTO, Sandra J. Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano. *Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, Pelotas: EGUFPel, vol. II, n. 4, 2005, p. 09-17.

XAVIER, Janaina S. Saneamento de Pelotas: no compasso da modernidade e do progresso. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 91-103.